

Bibliografia comentada sobre diferenças e educação: um enfoque cultural

187

BONIN, Iara Tatiana. *E por falar em povos indígenas... Quais narrativas contam em práticas pedagógicas?* 2007. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/neccso/pdf/tese_povosindigenas.pdf>.

Sob a perspectiva teórica dos estudos culturais pós-estruturalistas, examinam-se discursos sobre povos indígenas acionados em narrativas de 68 estudantes de licenciatura, em duas universidades da região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Os estudantes, reunidos em quatro grupos, produziram as narrativas em encontros com proposições abertas, orientadas por tópicos. Com base em afirmações, memórias e relatos produzidos no contexto da pesquisa, definiram-se três eixos de análise: 1) as relações entre as narrativas dos estudantes e os discursos históricos, literários, iconográficos, didáticos e, em especial, o posicionamento dos indígenas em discursos sobre a Nação; 2) a análise dos discursos curriculares e práticas escolares lembradas pelos estudantes, concernentes à abordagem da temática indígena; 3) o uso de estereótipos enquanto estratégia discursiva, sendo problematizado e configurado como forma de conhecimento e de identificação que imprime certa ordem, produzindo práticas e posicionando sujeitos. Conclui-se que as relações entre índio-natureza foram identificadas como chave de leitura para narrar os povos indígenas.

CARDOSO, Livia. Conflitos de uma bruta-flor: governo e quereres de gênero e sexualidade no currículo do fazer experimental. In: 7º PRÊMIO construindo a igualdade de gênero. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2011. p. 39-60. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/a927389c-48b9-4b6e-8d60-4ceac927640e>; <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/spm_7premio_web.pdf>.

As relações de gênero são discutidas e analisadas com base em uma prática que vem ganhando destaque no ensino de Ciências: o fazer experimental. Fundando-se nos pressupostos da etnografia pós-moderna, uma pesquisa de campo foi realizada em aulas experimentais de Ciências de uma escola pública de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A partir dos dados empíricos organizados, constatou-se que, apesar de em alguns momentos haver a reiteração de lugares e funções ditas femininas e/ou masculinas para alunas e alunos, considerando as linguagens utilizadas e as situações vivenciadas, há também espaço para transgressão e subversão. Tal espaço pode ser observado mediante comportamentos postos em circulação por elas e eles que, de certo modo, não correspondiam às expectativas cultural e socialmente impostas, porque desestabilizavam identidades e desconstruíam narrativas naturalizantes acerca de gênero e sexualidade.

188

COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel; COTINGUIBA, Geraldo Castro. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. *Revista Pedagógica*, v. 16, n. 33, p. 61-88, 2015. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2843>>.

Para coleta de dados foi empregado o método etnográfico e a observação participante. Na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, foram identificadas as instituições envolvidas com a educação dos imigrantes haitianos: Universidade Federal de Mato Grosso, Senai, Serviço Pastoral dos Migrantes e Associação Haitiana. No estado do Rio Grande do Sul, os pesquisadores visitaram três cidades: em Porto Alegre, a convite do governo do estado, ministraram um minicurso para pesquisadores e pessoas que trabalhavam com o atendimento a imigrantes; em Lajeado, participaram de um encontro com professores e alunos de uma universidade privada e, também, com servidores municipais; e, em Encantado, conheceram a equipe que oferecia o curso de português para haitianos. No estado de Santa Catarina, em Chapecó, a Universidade Federal da Fronteira Sul desenvolve o projeto ProHaiti de inclusão dos haitianos no ensino superior e, em Nova Erechim, um grupo de voluntários elaborou o Programa Conhecimento/Cultura Brasil/Haiti, visando acolher os haitianos residentes no município e oferecer aulas de português. No estado do Paraná, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) criou um programa de acesso à educação superior para estudantes haitianos. Por fim, são elencadas as dificuldades educacionais enfrentadas pelos haitianos no Brasil.

CULTURA surda: repositório on-line de produções culturais das comunidades surdas [Blog]. 2015. Disponível em: <<http://culturasurda.net/>>.

O *blog* Cultura Surda partilha e promove produções culturais relacionadas a comunidades surdas de diferentes países do mundo: artes plásticas, literatura, teatro, filmes, curtas-metragens, projetos, músicas em línguas gestuais, vídeos, links, textos, entre aspas e sinais.

DOWKER, Ann. A representação da deficiência em livros infantis: séculos XIX e XX. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1053-1068, out./dez. 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/38156>>.

No século 19, as deficiências eram narradas como fatos relativamente comuns e corriqueiros (como “parte da vida” ou forma de subserviência à vontade divina). Nessa época, a deficiência física de algumas personagens era articulada ao caráter (por exemplo, vilões, pessoas “dúbias” ou “suspeitas” e, ainda, de forma mais condescendente, “pobres coitados” dignos de pena). Na literatura do século 20, há uma mudança representacional relativamente grande: as deficiências narradas são consideradas passíveis de tratamento e prevenção, e as personagens deficientes – bem mais raras em termos de ocorrência – passam a ser vistas como confináveis em determinadas instituições (longe do convívio familiar, por exemplo) e como anormais extremamente bondosos e afáveis. As obras de literatura inglesa do século 20 também acabam por construir certo “caráter punitivo da deficiência” em suas abordagens, o que difere radicalmente das representações produzidas e circulantes no século anterior.

189

FRITZEN, Maristela Pereira; EWALD, Luana. “Bilíngue? só se eu tivesse um curso ou escrevesse diariamente”: considerações sobre bilinguismo e educação em um contexto de línguas de imigração. *Atos de Pesquisa em Educação*, [Blumenau], v. 6, n. 1, p. 146-163, 2011. Disponível em: <<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/viewFile/2353/1548>>.

No Sul do Brasil, o sistema de colonização possibilitou a formação de comunidades bi/multilíngues, gerando um cenário sociolinguístico complexo na região do Vale do Itajaí, estado de Santa Catarina. Em contextos desse tipo, ocorre, em geral, a estigmatização das línguas de herança e de seus falantes e, para compreender o posicionamento de professoras do ensino fundamental público com relação ao contexto bi/multilíngue da região onde atuam, realizou-se uma pesquisa de base interpretativista, utilizando-se entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio. A análise dos registros, a partir da perspectiva teórica do bilinguismo social e da educação de grupos minoritários ou minoritarizados, sugere que o plurilinguismo da região ainda se faz presente na escola, embora o sistema de ensino continue a oferecer uma educação monolíngue aos grupos de línguas de imigração. As professoras consideram o seu repertório linguístico e o dos seus alunos importante para sua vida, embora a língua

de imigração seja vista como “dialeto” e não como língua. Os depoimentos também sinalizam que a responsabilidade pela continuidade do desenvolvimento das línguas de imigração deve-se à família, enquanto à escola cabe ensinar apenas a língua oficial do Brasil. Considerando as línguas minoritárias um bem cultural dos grupos que as falam e da comunidade como um todo, a pesquisa aponta para a necessidade de se dar visibilidade ao contexto bi/plurilíngue da região a fim de que os direitos linguísticos das crianças desses grupos sejam respeitados e que elas possam ter acesso a práticas de letramento não somente em português, mas também na língua do seu grupo étnico.

GRUPO DE PESQUISA SEXUALIDADE E ESCOLA ver Universidade Federal do Rio Grande do Sul

GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE SURDOS (Gipes) ver Universidade do Vale do Rio dos Sinos

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. *O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999*. 2006. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11831/000521405.pdf?sequence=1>>.

190

A análise das representações de gênero e raça em 110 obras de literatura infantil do acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 1999, mostra como as representações se articulam nas narrativas literárias para engendrar e reiterar certos sentidos para branquitude, negritude, masculinidade e feminilidade. Foram identificadas e problematizadas três estratégias discursivas que sustentam processos de racialização e de constituição de sujeitos generificados: 1) reificação da branquitude; 2) radicalização da negritude; 3) normatização da masculinidade e periferização da feminilidade. Personagens e enredos das histórias analisadas sinalizam para a manutenção de posições de sujeito e para a reificação dos discursos que colocam a identidade masculina, branca, adulta como referencial nas relações identitárias. Na conclusão, as discussões feitas são articuladas com as políticas de formação de professores e bibliotecários que orientam os leitores no âmbito escolar.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Alfabetização de idosos e adultos ou leitura e escrita? *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 25, n. 2, p. 141-165, 2012. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/3005/2420>>.

Análise de um processo de escolarização e letramento com idosos e adultos no Núcleo de Estudos da Terceira Idade (Neti) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no período de 2007 a 2011, em parceria com a rede municipal de ensino. Discute-se o direito à garantia de profissionais habilitados na educação de idosos e adultos e, também, as condições adequadas, tanto da estrutura física como de materiais didáticos. Com base em perspectivas sociológicas e antropológicas dos processos

educativos escolares em particular, são analisados elementos referentes ao curso “Leitura e escrita”, aos sujeitos que o frequentam e ao debate sobre letramento de idosos e adultos. Como principais resultados, apresenta-se um conjunto de elementos marcados pelas categorias gênero, questão geracional e necessidades financeiras de um grupo de sujeitos em busca de espaços de direitos e de inserção social.

LEITE, Lúcia Pereira; BORELLI, Laura Moreira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Currículo e deficiência: análise de publicações brasileiras no cenário da educação inclusiva. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 29, n.1, p. 63-92, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n1/a05v29n1.pdf>>.

A educação inclusiva envolve dimensões político-administrativas e pedagógicas. O currículo é umas dessas dimensões e as adequações curriculares aparecem como uma estratégia para que sejam atendidos os princípios de uma escola para todos. A literatura publicada entre os anos 2000 e 2010, em periódicos da área de educação, disponíveis no banco de dados Scielo, foi identificada por meio das palavras-chave: curricular, currículo, deficiência, educação especial e necessidades especiais. Os resultados demonstram que as produções na área são escassas no que diz respeito às estratégias para efetivação da educação inclusiva, limitando-se, prioritariamente, a reflexões e discussões teóricas que envolvem os princípios e políticas educacionais, pouco retratando experiências didático-pedagógicas que promovam ajustes curriculares e/ou formas de flexibilização do ensino.

191

LIMA FILHO, Marcos A.; WAECHTER, Hans da Nóbrega. Tecnologias assistivas presentes no *tablet* e seu potencial para uma educação inclusiva de pessoas com deficiência visual. *Revista Brasileira de Tradução Visual*, Recife, n. 15, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/viewArticle/176>>.

No contexto da acessibilidade visual na sala de aula, os livros didáticos dividem espaço com suas respectivas versões impressas em braille ou com fontes de tamanho ampliado. Este estudo, do tipo exploratório e descritivo, identificou os recursos de acessibilidade visual presente em *tablets* e concluiu que esses equipamentos propiciam um acesso mais democratizado aos livros hipermediáticos, suportando um projeto mais universal no acesso ao currículo e à educação.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Espaços educativos e produção das subjetividades *gays*, travestis e transexuais. *Revista Brasileira de Educação [online]*, v. 20, n. 62, p. 723-747, set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n62/1413-2478-rbedu-20-62-0723.pdf>>.

As instâncias sociais – família, instituição religiosa, movimento homossexual (Associação LGBT) e instituições médicas e psicológicas –, são entendidas como espaços educativos, pois ensinam modos de ser e estar no mundo. Nesse sentido, foram analisadas enunciações de sujeitos *gays*, travestis e transexuais, utilizando-se

metodologias da história oral temática e da observação participante. Conclui-se que a família prima pela coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo; as instituições médicas e psicológicas empenham-se em diagnosticar e normalizar as atitudes dos sujeitos “desviantes”; as instituições religiosas buscam “condenar” as práticas transgressoras; e o movimento homossexual conduz as práticas dos sujeitos ao instituir as posturas adequadas e coerentes com a política do movimento.

MACEDO, Isabel Moreira. *O sucesso escolar de minorias: estudo sociológico sobre trajetórias escolares de alunas e alunos ciganos na escola pública portuguesa*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade do Minho, Portugal, 2010. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14714>>.

Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com oito jovens ciganos que frequentavam o ensino secundário no norte de Portugal no ano letivo de 2007/08, seus diretores de turma e seus progenitores, triangulando-se esses dados com outros recolhidos mediante observação não participante, conversas informais e análise documental. Os resultados que emergiram do trabalho empírico permitiram compreender as diferentes expectativas de vida e a valorização diferenciada da escola por parte dos jovens ciganos, bem como no que se refere às oportunidades de vida proporcionadas pela escola. As dimensões que contribuíram para as trajetórias de sucesso escolar desses jovens foram: a escolar, a socioafetiva, a familiar e a pessoal. Embora com algum grau de diferenciação, as três primeiras dimensões revelaram-se como as mais importantes, com a escolar em primeiro lugar, evidenciando a importância da orientação e apoio dos professores, e da socialização secundária proporcionada pela escola e por outros agentes educativos.

192

MACHADO, Liliane Maria Macedo. *E a mídia criou a mulher: desenhos e cinema de animação*. 2006. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11831/000521405.pdf?sequence=1>>.

Examina as matrizes discursivas referentes às mulheres em seis filmes de animação: *A Bela e a Fera*; *A Bela e a Fera: o natal encantado*; *Mulan*; *Mulan: a saga continua*; *Shrek e Shrek 2*; e em dois desenhos animados: *Meninas superpoderosas e Três espiãs demais*. Considerando os estudos feministas e os estudos de gênero, salienta-se que os gêneros não são dados *a priori*, mas construídos com base no que as mídias veiculam, por exemplo. Dentre as principais matrizes discursivas encontradas, destacam-se aquelas ligadas a amor romântico, sedução, casamento, tolice, consumismo, perspicácia, inteligência e coragem. Conclui que os desenhos e os filmes de animação dão destaque à dualidade masculino *versus* feminino, contribuindo para a reiteração do sistema sexo-gênero contemporâneo que sustenta e designa lugares e funções distintos para mulheres e homens, ou seja, evidenciam comportamentos, reações, exclusões e hierarquias díspares acerca do feminino e do masculino.

MAGALHÃES, Giovanna Modé; SCHILLING, Flávia. Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 43-64, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000100004>.

O estudo insere-se no ponto de encontro entre dois debates globais contemporâneos: de um lado, a complexidade das migrações internacionais e, de outro, as tensões relativas à universalização de direitos em sociedades desiguais e discriminatórias. É analisada a legislação nacional e internacional, e a literatura contemporânea sobre migrações internacionais e sua interface com o campo dos Direitos Humanos, em especial problematizando a relação entre os direitos de todos e os direitos dos cidadãos. Muitos imigrantes que integram o grupo pesquisado vivem em situação irregular no Brasil, o que não lhes tira a garantia da realização de direitos fundamentais. Para uma melhor compreensão dessa dinâmica, foram visitados locais de convivência dos imigrantes bolivianos na cidade, realizados encontros com representantes das organizações que atuam com o tema e, finalmente, 16 entrevistas com estudantes, mães, pais, professores e funcionários de escolas públicas da cidade de São Paulo.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 369-383, ago. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782012000200007>>.

A inserção da modalidade educação quilombola no âmbito das políticas de educação é problematizada, considerando-se o conjunto mais amplo de desestabilizações de estigmas que definiram, ao longo da história brasileira, a inserção subalterna da população negra na sociedade e, conseqüentemente, no sistema escolar. Que tipologias de reconhecimento orientam políticas de educação voltadas para populações remanescentes de quilombos? Analisam-se a educação escolar quilombola no estado de Minas Gerais e a cobertura escolar a partir de indicadores contidos no censo escolar e no relatório do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos municípios no ano de 2010. Por fim, interrogam-se tendências de políticas de diversidade na educação que podem informar arranjos para a implantação da modalidade de educação quilombola.

MOTA, Maria Lúcia Rodrigues. *(Re)conhecer a cultura cigana: uma proposta de inclusão ao currículo escolar em Trindade-GO*. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino na Educação Básica) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5204>>.

Estudo sobre a inserção da cultura dos ciganos do município de Trindade, estado de Goiás, no currículo da Escola Campo, localizada na Vila Pai Eterno e com uma significativa parcela de alunos dessa cultura. Sob a perspectiva da diversidade cultural, constatou-se que, apesar de a escola não recusar a matrícula de ciganos,

tampouco privilegia a sua cultura, criando um caráter parcial de inclusão. Foram analisados documentos legais que tratam do currículo para atender às especificidades locais: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico da Escola do Campo, além de outros documentos, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Propõe-se, como recursos de ensino imediatos, o uso de textos que apresentem a origem dos ciganos, sequência didática e glossário com termos e expressões ciganas.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE (Neped) *ver* Universidade Federal de Juiz de Fora

OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de. Os Estudos Culturais e a questão da diferença na educação. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 34, n. 20, p. 33-62, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3942>>.

Historicamente, a escola tem organizado seu currículo e suas práticas pedagógicas com base em valores e padrões das culturas hegemônicas. Os Estudos Culturais propõem o desenvolvimento de teorias e práticas educacionais mais sensíveis às culturas, atentas à relação entre poderes/saberes/identidades, à contingência e à pluralidade do contexto social. É preciso que a escola reconheça e valorize as diferenças e o hibridismo, que incorpore as diversas tradições culturais dos grupos que fazem parte da sociedade, inclusive daqueles que, historicamente, vivem em condição de subordinação – mulheres, negros e negras, homossexuais, pessoas com necessidades especiais, trabalhadores rurais, entre outros.

194

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. Diversidade sexual e homofobia: a cultura do “desagendamento” nas políticas públicas educacionais. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, RS, v. 10, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 2015. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/download/5560/4344>.

Os níveis de desqualificação resultantes do processo de “heteronormatização compulsória” que incidem sobre pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, bigêneros, travestis, transexuais, transgêneros, *queers*, questionadores, intersexos, indecisos, assexuados e aliados emergem nas mais diversas instâncias. Como agente de diálogo, a escola tem se caracterizado como um local estratégico de implementação de políticas públicas e, nesse contexto, emergem ações como os programas “Escola sem Homofobia” e “Saúde e Prevenção na Escola”. Com o intuito de promover a discussão acerca de estratégias desenvolvidas no cenário nacional, são examinados os seus produtos: “*Kit gay*”, “Guia de adolescentes e jovens para a educação entre pares” e “HQ – histórias em quadrinhos”. Utilizando a pesquisa bibliográfica como metodologia, faz-se um recorte de uma dissertação de mestrado de forma a trazer a teoria dos Estudos Culturais como sustentáculo do discurso. Diante da suspensão

governamental desses materiais, percebe-se o quão difícil é levantar-se contra a opinião pública. Contudo, a recusa da maioria não dá ao Estado o direito de reter direitos básicos das minorias.

PARÉ, Marilene Leal; OLIVEIRA, Luana Paré de; VELLOSO, Alessandra D. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da comunidade Kalunga do Engenho II (GO). *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 27, n. 72, p. 215-232, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a07v2772.pdf>>

O reconhecimento das comunidades quilombolas é decorrente da publicação do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988, que, ao garantir-lhes a posse de terra, evocou questões socioeconômicas, espaciais, jurídicas e culturais, destacando a representatividade dos quilombos na sociedade. Observações foram feitas em São Miguel dos Pretos, no município de Restinga Seca (RS) e no Engenho II, território Kalunga, no município de Cavalcante (GO), para verificar o processo de construção de conhecimento no quilombo. Há diferenças e semelhanças importantes na relação escola-espço quilombola gaúcho e goiano, e, na análise, considerou-se a relação da produção de conhecimento dentro e fora da instituição escolar. Conclui por um novo olhar sobre a inserção do povo negro no sistema escolar, seja como receptor do conhecimento institucionalizado, seja como produtor da construção desse conhecimento, porque, devido ao fato de a história do negro ter sido colocada à margem do processo histórico do Brasil, a importância do afrodescendente no processo civilizatório do País não é percebida como relevante.

195

REZENDE, Thelmy Arruda de. *Meninas, aqui? As pioneiras no Colégio Militar de Brasília (1989-2009)*. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4248>>.

A presença de meninas nos colégios militares acarretou modificações nas representações sociais femininas enquanto sujeitos políticos? A constituição de subjetividades de alunas da primeira turma de meninas ingressantes no Colégio Militar de Brasília, em 1989, foi discutida com base em: documentos escolares da época, 10 questionários e 21 entrevistas respondidos pelas alunas da referida turma. Tomando como referencial teórico os estudos feministas e a teoria das representações sociais, foram analisados comportamentos e modos de relacionamentos estabelecidos entre homens e mulheres no interior desse colégio. Os resultados apontaram que havia a reprodução e a reiteração de certas representações sociais vinculadas ao ser mulher (como falta de garra e de capacidade intelectual). Entretanto, as alunas empenhavam-se para desconstruir tais representações, à medida que buscavam, por si mesmas, dar visibilidade a aspectos como: inteligência, força, resistência e autonomia.

STROBEL, Karin Lilian. *Surdos: vestígios culturais não registrados na História*. 2008. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91978>>.

A análise de discursos sobre os surdos e sobre as experiências narradas e escritas por esse povo vincula-se ao campo teórico dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos e utiliza, como metodologia, a pesquisa documental e a de inspiração etnográfica. Na análise, problematizam-se o discurso clínico da surdez, os discursos oficiais e o modelo oralista utilizado na educação de surdos. Destacam-se, também, as formas de resistência dos surdos, particularmente expressas no uso da língua de sinais e nas variadas formas de registro da cultura e da história surda. Ressalta-se a importância da participação dos povos surdos para a construção da história cultural e de saberes ligados às experiências do “ser surdo”, assinalando as variedades de visões, sensibilidades e interpretações da história nas narrativas dos surdos entrevistados. Os discursos dos sujeitos surdos, silenciados e diluídos nos registros históricos oficiais, são retomados para afirmar o protagonismo destes na constituição de suas identidades e de suas culturas.

TEMÁTICA indígena na escola [Blog]. 2014. Disponível em: <<http://tematicaindigena.blogspot.com.br/>>.

196

Disponibiliza recursos diversos sobre a temática indígena para professores, pesquisadores e interessados pela área (vídeos sobre os povos indígenas, charges, leis, artigos acadêmicos etc.). Apresenta listas de autores e obras de literatura de autoria indígena, de sites indígenas e de organizações não governamentais que abordam a temática indígena e um conjunto expressivo de informações sobre os 340 povos e línguas indígenas no Brasil.

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues; VELANGA, Carmen Tereza. Linguagem e educação: um estudo sobre o processo de escolarização dos alunos bolivianos da zona urbana do município de Nova Mamoré/RO, no período de 2008 a 2010. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011, São Paulo. *Políticas públicas e gestão de educação*. São Paulo: Anpae, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0323.pdf>>.

Estudo de caso sobre o processo de escolarização dos alunos bolivianos, para verificar se as propostas curriculares contemplam a diversidade cultural e a heterogeneidade linguística presentes no contexto de fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Participaram secretários, professores, familiares e alunos das quatro instituições educativas de ensino fundamental e médio da zona urbana de Nova Mamoré, estado de Rondônia. Os resultados demonstraram que o processo de

escolarização desses alunos ocorre dissociado do contexto em que eles estão inseridos, e, como consequência, na escola alimenta-se o preconceito e a discriminação aos imigrantes como processos naturais. Conclui-se pela necessidade de uma abordagem curricular multicultural crítica nas escolas dos municípios fronteiriços e na universidade de fronteira, em vista do reconhecimento e da valorização linguística e cultural dos imigrantes bolivianos. a fim de estabelecer o respeito ao outro e a tudo que está inerente a ele: língua, identidade, história e cultura.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (Gipes). 2016. Disponível em: <<http://gipesurdos.blogspot.com.br/>>.

Os pesquisadores do Gipes tomam como campo de investigação a educação de surdos desde 1999. Durante esse percurso, muitas ações de pesquisa e de extensão foram feitas pelo grupo, antes do seu credenciamento no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2006, consolidando o perfil interinstitucional. Após o credenciamento, o grupo realizou o mapeamento das condições linguísticas e pedagógicas de alunos surdos da educação básica no estado do Rio Grande do Sul, com financiamento do CNPq. O *blog* dá acesso aos trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses de integrantes do Gipes.

197

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade (Neped). 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/neped/>>.

Criado em 1993, com o intuito de integrar a Universidade Federal de Juiz de Fora com as escolas e com a comunidade em geral por meio de projetos de pesquisa, formar profissionais no contexto da diversidade, combater preconceitos e discriminações, o Neped disponibiliza, em seu sítio, vários serviços *online*: materiais de cursos para alunos do Núcleo, banco de teses e dissertações surdas para usuários autorizados do Grupo de Estudos em Educação de Surdos (Gees), solicitação de tradutor/intérprete Libras-Português e outros.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola. 2015. Disponível em: <<http://www.sexualidadeescola.furg.br/>>.

O Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola dedica-se à pesquisa sobre identidades de gênero e sexuais, diversidade sexual, configurações familiares contemporâneas, várias formas de violência de gênero e sexuais etc. As perspectivas teórico-metodológicas adotadas pelos trabalhos disponibilizados no sítio compreendem os estudos culturais, os estudos feministas e de gênero, bem como os estudos *gays* e *lésbicos*.

VAZ, Kamile; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Modelos de formação do professor de educação especial: estratégias de consolidação da política educacional. *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados, MS, v. 5, n. 13, p. 47-59, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/4976/pdf_284>

Para estudar os modelos de formação do professor de educação especial em meio às políticas educacionais do início do século 21, utilizou-se como procedimento metodológico a análise de documentos oficiais elaborados no período entre 2001 e 2011 que expressam a política de Educação Especial na perspectiva inclusiva e da produção acadêmica do campo específico. Três modelos de professor foram identificados: o generalista, o especialista e o professor do Atendimento Educacional Especializado. Essa diferenciação é mais um elemento para a discussão sobre a reconversão docente e a divisão do trabalho dentro das escolas, considerando-se a educação especial como constituinte das políticas educacionais para a educação básica.